

# CONFLITOS SOCIAIS, DESMATAMENTO E CERCAMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ANAJATUBA-MA<sup>1</sup>

Elieyd Sousa de Menezes – CESC-UEMA/FAPEMA – SECTI/Gov. Maranhão

Emmanuel de Almeida Farias Júnior – UEMA/DCS-PPGCSPA - Maranhão

Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira – UEMA/PPGCSPA - Maranhão

Maria Heloísa Alves Crispim Cirilo – UEMA/Maranhão

Maryane Monroe Martins – UEMA/Maranhão

## RESUMO

“*Tá tudo cercado, o cara pra atravessar o arame tem que se curvar*”, assim inicia a fala de uma liderança quilombola do município de Anajatuba - MA sobre o seu território que foi cercado, desmatado e devastado por ações de projetos de desenvolvimento do Estado como o linhão e grilagens de terra por fazendeiros. Objetiva-se nesta proposta identificar os conflitos sociais que atingem as comunidades quilombolas neste município e analisar de que forma tais conflitos trazem prejuízos à vida das comunidades, tanto nas questões físicas, quanto nas questões culturais e sociais. Foram realizadas três oficinas de mapas com as lideranças das 27 comunidades quilombolas de Anajatuba entre 2021 e 2022, da qual os agentes sociais construíram croquis representando seus territórios e os conflitos presentes nele, assim também depuseram sobre essas situações sociais de conflito e formas de resistências nesse contexto. Com o aumento dos cercamentos e usurpações de seus territórios, estas comunidades tem suas formas de vidas tradicionais inviabilizadas, assim como sua integridade física, visto que as ameaças de morte se fazem presente no cotidiano destas comunidades.

**Palavras-chave:** Conflitos sociais, cercamento, quilombolas.

## Introdução

O município de Anajatuba - MA localizado na microrregião da baixada maranhense possui 27 comunidades quilombolas, assim autodefinidas, são elas: São José, Zé Bernardo, Bairro São Benedito, São Roque, Quebra, Capim, Bom Jardim, São Roque, Bacabal, São Pedro, Flexeiras, Centro de Isidoro, Cumbi, Ladeira, Santo Antônio do Coco, Assutinga, Assutinga I, Máquina, Queluz, Pedrinhas, Cupauba, Teso Grande, Pedrinhas II, Carro Quebrado, Ponta Bonita, Retiro do São João da Mata e Frades. Das 27 apenas 4 não possuem a certificação da Fundação Palmares, visto que o processo ainda está em andamento.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Todas essas comunidades estão organizadas em suas associações específicas e em uma associação geral: a União das Comunidades Quilombolas de Anajatuba – UNIQUITUBA. Fundada em 2015, a UNIQUITUBA foi construída a partir da mobilização das comunidades quilombolas deste município com o objetivo de reivindicar seus direitos sociais e territoriais, lutar pelo seu reconhecimento de ser quilombola e da valorização da cultura quilombola.

Além das reivindicações do presente, essas comunidades compartilham um elemento: seus ascendentes vivenciaram o chamado “tempo dos engenhos”. Esse “tempo” se refere à economia dos engenhos de cana e algodão, no âmbito do sistema de *plantations* baseada no sistema repressor da força de trabalho, no período colonial e imperial no Brasil.

As narrativas sobre as formações das comunidades quilombolas de Anajatuba remetem à memória oral do “tempo dos engenhos”, da qual os escravizados dessa época fugiram para a região que hoje estão situadas essas comunidades e estabeleceram quilombos, com plantio de tabaco, roças, criação e pesca. Mesmo após esses mesmos territórios serem usurpados por fazendeiros posteriormente.

O pessoal do meu avô fugiu de Cajá Belém, da escravidão e criaram, formaram, depois que esse pessoal daqui começaram a criar gado e essa questão de grilagem de terra, foi botando alguém pra ser vaqueiro de fulano, meu avô pra ser vaqueiro de Seu Marco, mas hoje a sobrevivência nossa ficou meio difícil, lá o povo sempre fez a sua roça, no tempo do fumo alguém plantava seus fumos, vendia e tal, mas produzia sempre o alimento, grãos, criava porcos pra eles comerem. (H.L., quilombola da comunidade Assutinga 1, 2021<sup>2</sup>)

Sobre a memória, Halbwachs (1956) atentava que esta seria efeito de uma atividade reformulada daquilo que é vivido no presente. Os quilombolas ao narrarem sobre a origem de suas comunidades reformulam para o presente aquilo que acontecera em épocas anteriores. Frochtengarten (2005:367) aponta que “a memória conta com o suporte de imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais junto aos quais o memorialista experimenta algum sentimento de pertença”.

Alguns nomes dessas comunidades quilombolas remetem ao “tempo dos engenhos” seja referência aos antigos fazendeiros ou por situações sociais vividas pelos agentes sociais na época.

Porque o proprietário de lá, do território lá, era chamado de Isidório Branco, aí tinha o engenho dele, onde botava o povo pra trabalhar e aí quem ele conseguia dar um trocadinho pra fazer alguma coisa ele dava, o que ele não conseguia, não dava, aí ficou centro do Isidório porque era coagido a eles. (I.P., Quilombola da comunidade de Centro do Isidório, 2021).

---

<sup>2</sup> Optamos aqui por não divulgar os nomes dos entrevistados ao longo do artigo.

Além das narrativas de fugas e estabelecimentos de quilombos, outras memórias orais apontam para situações de violência sexual contra as mulheres, especificamente para com as mulheres escravizadas. Segundo os quilombolas da comunidade de Pedrinhas, uma mulher negra escravizada foi expulsa da fazenda por ter sofrido a violência e ainda foi apontada como algoz, com sua saída, encontrou um lugar para estabelecer moradia, local hoje onde a comunidade está situada.

A origem da comunidade [Pedrinhas] é assim, as histórias que a gente recebeu dos antepassados foi que uma escrava engravidou de um dono de uma fazenda, aí ela foi expulsa da fazenda, ela veio e se abrigou nesse local que a gente mora atualmente, onde a nossa comunidade e lá tinha um Igarapé com umas pedras, pedras miúdas nós chamamos igarapé das Pedrinhas, aí daí veio o nome da comunidade Pedrinhas. (L.H. quilombola da comunidade de Pedrinhas, 2021).

A história do velho Mendonça na memória social dessas comunidades é outro elemento oportuno para a compreensão do sentimento de pertencimento desses agentes sociais para com os seus territórios. O velho Mendonça foi um homem escravizado trocado por fumo de tabaco, que fugiu e se refugiou nas matas de Anajatuba, constituindo posteriormente família. Ao falecer foi proibido de ser enterrado junto aos brancos e foi sepultado debaixo de uma árvore, sendo o primeiro marco no antigo cemitério dos quilombolas. Hoje as comunidades quilombolas de Anajatuba indicam esse lugar como um elemento importante de sua história. Como pode ser lido no diálogo abaixo:

- O velho Mendonça foi vendido como escravo e trabalhava e o patrão era de fortaleza de lá compraram ele pra levar não sei pra onde. (J.T., Quilombola da comunidade de Centro do Isidorio, 2021).

- [o velho Mendonça] foi trocado por mói de fumo. Vocês sabem o que é mói de fumo? Eles plantam o fumo e tiram a folha do fumo e vão emendando uma na outra e acaba uma zimbira que vai torcendo e amarrando e chama de mói de fumo, que é o fumo de antigamente. (P.N., Quilombola da comunidade de Centro do Isidorio, 2021).

- Então eu soube que esse velho foi trocado por isso, uma área de terra e eu não sei quantos mói de fumo. Aí eu não sei que ele passou por uns exames que eles faziam lá e o velho não passou e acabou deixando o velho lá e acabou que ele morreu e eu sei que ele acabou que foi enterrado nesse cemitério aí desde esse dia ficou lá como cemitério e todo ano que estava ali. Aí sei que o velho que ficou refugiado nos meios dos matos fugia, começou a sair de lá pra cá aí formou o Coco, sei que a filha do pai do meu avô casou com o pai do avô desse cidadão aqui (José Ribamar). E hoje nós estamos cadê aqueles papéis que o velho foi vendido por esse moi de fumo e essas terras? a gente está morando nesse pedaço de terra que tem um lago, um igarapé e temos a encheada de um campo, e já nesse lugar que é mais antigo, temos mais 2 igarapés e temos esse cemitério que tá registrado hoje como Cumbi, mas é nosso. (S.W., Quilombola da comunidade de Centro do Isidorio, 2021).

A memória social é acionada pelos quilombolas de Anajatuba não somente para explicar suas origens, os marcos de sua história, as situações sociais vividas nos engenhos, seus modos de vida tradicional, mas também para denunciar o processo de expropriação de seus territórios e de suas forças de trabalho. Além disso, tem acionado também para argumentar os séculos de violência da qual vivenciam até hoje.

### **Sobre grilagem de terras e expropriação de famílias quilombolas no século XX e XXI em Anajatuba**

Há tempos que as famílias quilombolas de Anajatuba vivem imprensadas e cercadas sendo impedidos de trabalharem ou construir suas casas e hoje contam apenas com o lugar de moradia, ou seja, os lugares de produção como roças, pesca e criação foram tomados. Seus territórios foram apropriados por fazendeiros com documentos não oficiais, mesmo sendo judicializado, os quilombolas ainda não conseguiram reaver por completo seus territórios.

Naquele tempo lá atrás era cinco famílias dentro da comunidade, aí depois de 1990, esse senhor adquiriu a terra, não sei como conseguiu, e conseguiu infernizar nossa vida, até digo que foi grilada porque o próprio Estado disse que a terra não era legal dessa pessoa, quando tinha as audiências na época, o dono da terra, o S. da P., ele não tinha condição de pagar advogado, não sei nem como era que funcionava aquele tempo, então ele saía na comunidade pedindo uma cuia de arroz, uma cuia de farinha, que era pra ajudar pra pagar passagem pra ele ir lá pra audiência. Já quando começou, o D. botou uma casa de telha, só uma, que ele conseguiu o proibitório, cada pessoa que botava ele conseguia um, foram sete proibitório, inclusive eu sou processado graças a ele por isso, processado pela libertação do nosso povo, então a gente conseguiu os cinquenta hectares que já falei, só que hoje a comunidade cresceu, temos quarenta famílias, como essas quarenta famílias estão vivendo se tem só cinquenta hectares de terra, já que vinte e seis é o povoado, porque vocês sabem que a gente não mora, lá é bem bonito, tem o campo de futebol no meio e no arredor tem as casas e tem outras pessoas que se espalharam. (B. M. quilombola Flexeiras).

O processo de expropriação dos territórios das comunidades quilombolas de Anajatuba se deu também à base da violência a partir da pistolagem, com ameaças e emboscadas. O depoimento abaixo de uma liderança quilombola da comunidade de Carro quebrado aponta que um fazendeiro intitulado dono das terras doados por um terceiro contratou seis pistoleiros para assassinar os quilombolas, que souberam do fato e chamaram a polícia, os carros policiais intimidaram os pistoleiros e o plano não se concretizou.

É domingo preto foi o fantasma que estava lá. Dizia que era dono da terra que M. tinha dado 400 hectares pra ele. Terra sem documento e R. disse que tinham

dado pra ele. Assim que aconteceu o conflito de 2011, ele colocou 6 pistoleiros pra lá eu coloquei nove camburões lá dentro. (H.K., quilombola Carro Quebrado).

A violência tem sido parte do cotidiano dessas comunidades, que lutam com as armas que dispõem. Scott (2013) ao refletir sobre as “resistências cotidianas” aponta sobre o discurso oculto e o discurso público. O “discurso oculto” é construído pelos grupos ditos subordinados que enfrentam as formas de dominação, isso é o que Scott (2013) denomina de “insubordinação a infrapolítica dos oprimidos”, ou seja, práticas de dissimulação, fuga, táticas de lentidão no trabalho, dentre outros, de caráter proposital. Já o “discurso público”, por outro lado, é utilizado por Scott (2013) para assinalar as relações explícitas entre “subordinados” e os “detentores do poder”.

Viola Recasens (2008) faz um balance crítico dos usos do conceito de resistência em James Scott, e atenta para não generalizar e banalizar o conteúdo semântico deste conceito para não confundir e colocar no mesmo plano a luta pela sobrevivência de vários povos com todo tipo de trivialidades como modas estéticas, por exemplo.

As formas que os quilombolas de Anajatuba encontraram para resistir aos processos de expropriação de seus territórios estão nas denúncias, na judicialização e no embate físico, estão também nos discursos, nas falas, nos gestos e sobretudo, na organização política.

A narrativa do Sr. R. T. da comunidade quilombola de Pedrinhas remete a uma lembrança de sua infância, da qual teve que conviver com as ameaças de pistoleiros e aprender a resistir conhecendo a mata para se esconder das emboscadas. Este agente social lembra, inclusive, de uma emboscada que foi revertida pelos quilombolas a partir de organização política para o embate físico.

Eu nasci e me criei dentro da minha terra, como ele falou do confronto de briga com fazendeiro pra querer tomar as terras nossa, foi muito complicado eu era jovem nesse tempo, a nossa mãe nos pegava e colocava dentro do mato pra galera não matar: “Olha vocês hoje vão pro mato vocês só vem de noite porque vem gente bicho solto pra tomar as terras”, e era perto onde eu morava a casa era de barro, porta de mençaba, fazendeiro mais tarde foi embora, e hoje nós vencemos. O cara, fazendeiro era de Santa Inês, o cara veio pra comprar, comprou e disse “Nós vamos é tomar deles” e nesse tempo os homens estavam tudo roçando, roçando tudo fraquinho, era foice, espingarda, facão quando os homens entraram, nós estávamos todo mundo combinado pra esperar nossos pais nossas mães, moço, eu lembro como se fosse hoje, nós éramos pequenininhos, mas eu sempre andava com baladeira na mão também, qualquer coisa eu cegava um. Na hora que o carro entrou, 3 carros todos cheio de pistoleiro, pra matar todo mundo mesmo e tomar as terras, nesse tempo o caminho era estreitinho, a barreira era alta lá você não tinha fuga não, por lá você saía e por lá você entrava, a galera foi e jogou 2 palmeira no caminho lá, mais ou menos ficou 5 homens num lado e 5 homens no outro cada qual com a espingarda, foguete na mão, “olha se vocês escutarem tiro pra ali, eles vão

passar aqui, aqui eles não passam, se eles passarem aqui é pra matar tudinho”. Oh moço, na hora que eles chegaram lá e botaram o foguete a peãozada chegou, mais de 50 homens da nossa turma, bateram e não foram escutando já foram revirando o carro pra pôr fogo no carro deles. (R. T., quilombola Pedrinhas).

A liderança da comunidade de São Roque aponta para uma questão de desigualdade estrutural na história: a educação. Os filhos dos fazendeiros iam estudar para garantir a reprodução material da família, documentavam as terras e expulsavam os quilombolas. Estes por sua vez, ou saíam e procuravam empregos nas fazendas adjacentes ou resistiam e permaneciam no território, mesmo impresados e com todas as restrições pela falta de terra para trabalhar.

Lá na comunidade de mato grande eles eram pequenos criadores de animais que quando os filhos foram crescendo eles vão tirando para botar capital, investir nos filhos, é uma comunidade que tem muitos doutores, muita gente formada, os pais investiram e eles são grandes criadores de animais, a comunidade quilombola de São José ficou no meio, era só negros mesmo e aí o que acontece, eles [de Mato Grande] criaram documentos, depois foram descobrindo, os mais espertos foram documentando, foram interessando, eles chegavam dizendo “olha, amanhã eu não quero mais te ver aqui” o pessoal lá do Engenho, do Mato Grande, e os mais velho tinha essa história de obedecer, tinha porque a pessoa tinha dinheiro, tem isso até hoje na cabeça das pessoas “ovo não briga com pedra”, a pedra é o que tem o dinheiro e o ovo é o frágil, eles chegaram, foram impresando e eles foram expulsando eles, aí a família P. que é da família dos antigos, lá em Ponta Bonita eles foram saindo pelo campo, porque liga os campos, ele saiu para o campo fugido, foram fazer casas dentro de ponta bonita, que era mata lá dessa família do São José, outros saíram de lá vieram para o São Roque trabalhar nas fazendas, poucas famílias que ficaram, que resistiram e não foram embora, ficaram impresadinhos que se você for nessas comunidades não tem diferença entre São José, Zé Bernardo e Poção, é uma coisa só, eles ficaram resistindo. (E.D. quilombola São Roque).

Hoje os conflitos territoriais tem se acirrado, há o cercamento de suas terras tradicionalmente ocupadas e as proibições dos usos dos recursos naturais, como a extração de palhas para os telhados das casas ou o acesso aos açudes.

Hoje a preocupação da gente lá é com a terra, porque o pessoal de lá de Cupaúba, são poucos todos mundos vive da roça, lavoura, trabalhador, hoje não se pode criar um porco solto, porque se for pra uma terra vizinha não volta. A realidade que a gente hoje enfrenta é a questão das terras, estamos com esse processo aí, o negócio lá é fazendeiro, o cara não nos deixa tirar uma palha, inclusive lá em casa, na varanda, o telhado tá quase na cerca porque não tem espaço, não dá pra fazer nada, falta muita coisa ali. (J. P., quilombola de Cupaúba, 2022).

Apesar da judicialização dos conflitos e dos processos no Instituto de Colonização e Terra Maranhão-ITERMA desde 2010, as comunidades quilombolas de Anajatuba continuam vivendo no cercado de arames colocados pelos fazendeiros. Para passar, é preciso se curvar na cerca do fazendeiro. Como descrito na primeira linha desse trabalho.

O significado do ato de se curvar é para além do movimento corporal, remete ao significado do que é “se curvar”, de abaixar a cabeça e o tronco em menção a uma reverência, alude a uma relação de poder, daqueles que se colocam como “dominantes” numa relação social, refere-se também a uma situação humilhante para aqueles que têm que “se curvar” para passar em seu próprio território.

Os campos da redondeza e da comunidade de São Pedro estão tudo cercado de arame, tem lugares que a gente era acostumado a pescar e agora não pode nem ir, os arames cruzando. (F. S. quilombo Bacabal).

Além do veneno que são colocados nos pastos não é, pessoas colocam os arames, eles cortam dentro dessas propriedades, então o arame passa várias vezes dentro do igarapé, aí o cara vem botando veneno no pé do arame pra não nascer mato, então ele está jogando um veneno praticamente dentro do canal, dentro dos igarapezinhos, então quando chega ele joga tudinho. (K. A. quilombo Assutinga).

Além disso, com a expropriação de suas terras, sobretudo dos seus locais de produção, as comunidades quilombolas de Anajatuba ficam sem meios para sua reprodução física e social, e precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Atualmente muitos jovens tem saído do município à procura de empregos em outros estados do país, os homens em trabalhos braçais em obras e fazendas de outras regiões e as mulheres em serviços domésticos, também em outras regiões do país.

Segundo os dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, através de uma parceria conjunta do MPT e da OIT Brasil, o estado do Maranhão, em 2017, foi o estado que mais registrou trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão em outros estados brasileiros, somando mais de 8 mil trabalhadores maranhenses.

Essa situação de expropriação territorial das comunidades quilombolas de Anajatuba, deixa suscetível esses jovens a situações com essas de trabalho análogo à escravidão.

Uma das maiores reivindicações das comunidades quilombolas de Anajatuba é a terra para trabalhar, conforme pode ser lido no depoimento abaixo:

Mas hoje se a gente quiser um pedaço de terra pra plantar, maniva, feijão, maniçoba... os latifundiários não deixam. Eu vejo uma pessoa que diz assim que pra fora é 400 numa picada, uma linha de 25 aqui, ali, ali e ali. É uma linha. Cada cabeceira é uma linha. Nós queremos fazer nossas roças não tem aonde. (J.H. quilombo Ladeira).

Para além dos conflitos territoriais com fazendeiros, as comunidades quilombolas também precisaram lidar com projetos desenvolvimentistas do Estado, como

os incentivos de criação de bubalinos em larga escala, a construção de estradas, ferrovias e linhas.

### **O linhão, a ferrovia e os minérios: Projetos desenvolvimentistas e os impactos socioambientais nos territórios tradicionais das comunidades quilombolas de Anajatuba - MA**

Os megaprojetos promovidos pelo Plano Econômico de Desenvolvimento da Amazônia, de 1970, permitiram a implantação do programa Grande Carajás da empresa Vale S.A., dentre outros projetos em concordância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava colocar o Brasil entre os países desenvolvidos.

Segundo Farias Júnior (2019), tal política nacional expressada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento-PND estava pautada na noção de “vocação econ mica”, bem como na noção de “polos de desenvolvimento”, ou seja, a partir determinadas zonas poderia irradiar o desenvolvimento econ mico regional. Tais vocações econ micas estavam referidas a pecuária, agricultura e a mineração. Tais políticas previam também o desenvolvimento de infraestrutura como rodovias, hidrovias e ferrovias para o escoamento da produção bens e serviç os.

A exploração de recursos naturais oriundos da região Amazônica no Brasil, desde seu início,   uma ameaça para comunidades tradicionais e seus territórios, pois foi um plano que em sua raiz desconsidera as comunidades tradicionais como parte importante do desenvolvimento nacional. Dentro dessa perspectiva, as comunidades tradicionais passaram por danos profundos no seu reconhecimento como grupo social, o que contradiz o sentido de desenvolvimento na lógica de melhoria para o todo, pois a chegada do “desenvolvimento” significou para essas comunidades o processo de “deslocamento forçado” em que pessoas ou grupos precisam abrir mão da sua territorialidade sem que haja vontade, mas por conta dos efeitos sociais da implantação de megaprojeto (ALMEIDA, 1996). Nesse sentido, um grupo ou pessoa passa por esse processo e sai em busca de sobrevivência longe do seu núcleo de segurança social, moradia e seu território.

Desta maneira, com o discurso de desenvolvimento dessas empresas legitimadas pelo Estado, as comunidades tradicionais impactadas por esses projetos sofrem os efeitos de forma direta e perdem o direito de seu bem-estar, e sua integridade física e social, algo que deveria ser assegurado pelo Estado.

Dentro desses aspectos, muito se mant m desse modelo de desenvolvimento

no que se refere ao atropelamento de direitos de comunidades tradicionais localizadas no Estado do Maranhão, que são, respectivamente: a Estrada de Ferro Carajás (EFC), da empresa Vale, que fazem parte do corredor Carajás, precursor do desenvolvimento econômico do PND; a duplicação da BR-135/MA; e, por terceiro, a Linha de transmissão (LT), considerados projetos de desenvolvimento que são pensadas no interesse voltado as questões de riquezas naturais e de suas potencialidades econômicas.

De certo modo, esses empreendimentos estão interligados, seguindo a lógica de que, para o funcionamento de uma grande empresa, é necessário um conjunto de fatores em que outras empresas forneçam, a exemplo de eletricidade e locomoção.

Outro projeto que passa pelo município de Anajatuba é o da empresa Vale, a EFC, que passa entre os municípios de Itapecuru-Mirim e Anajatuba, responsável pelo transporte de passageiros e produtos agrícolas, além do escoamento de minério de ferro.

A liderança da comunidade de São Roque assevera que o minério escoado pela estrada de ferro acabou poluindo os igarapés das comunidades, que se configurava como um dos locais importantes para a pesca e conseqüentemente para subsistência.

Então é uma coisa muito importante, as vezes tem muitos confrontos que a gente teve, um dia desses teve reunião, o pessoal da Vale veio perguntar sobre poluição, poluição do minério e eu disse pra ele: Olhe 20 anos atrás, num igarapé que gente tinha ali que a gente pegava bastante peixe na boca de um bueiro, hoje está entupido, está entupido. Igarapé está sarado, não tem mais peixe, o pó do minério está poluindo nossas águas, os nossos açudes pra ter os peixes para os nossos filhos, e aí? (E. F. quilombo São Roque).

Já a LT faz parte de um projeto do Instituto EDP, que venceu um leilão nº 005/2016, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Lote 07, que corresponde ao trecho da capital São Luís ao município de Miranda do Norte, passando pelo município de Anajatuba. A EDP recebeu licença de instalação pela secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) em 2019, com a primeira parte do trecho concluída com 17 meses de antecedência no ano de 2021.

A liderança da comunidade de Assutinga aponta que tanto o LT quanto a ferrovia “mataram” as nascentes dos rios, destruindo cachoeiras e praias que o local possuía, ou seja, cortou tanto lugares de subsistência como a pesca, tanto lugares de sociabilidade e lazer das comunidades.

O linhão tem impacto na nossa área aqui, de Assutinga 1, é a mesma de ladeira, de máquina. É o linhão mas é também a ferrovia, porque a ferrovia passou primeiro ela matou todas as nascentes, está entendendo, quando eu morava na máquina aos meus 13 a 14 anos de idade eu cansei de tomar banho inverno em Cachoeira muito mais alto do que essa cara ali na Prainha todo mundo sabe onde é Prainha próximo de Jacamim, eu cansei de tomar banho de cachoeira igual essas cachoeiras que tem na praia dos lençóis, até mais bonita ainda, a maioba se acabou. (M.S. Comunidade quilombola Assutinga).

Ao que diz respeito aos impactos ambientais e sociais, segundo a presidente da UNIQUITUBA, a chegada do empreendimento causou e tem causado danos aos igarapés da região, afetando a subsistência das comunidades dependentes daquele recurso natural, além da compactação do solo com a chegada dos maquinários pesados, o que acaba dificultando aquelas famílias que trabalham nas roças.

Sobre os projetos de desenvolvimentos legitimados pelo Estado, a UNIQUITUBA buscou, por meio da Defensoria Pública da União - DPU, a realização de um processo para a realização da consulta prévia, conforme preconiza a Organização Internacional do Trabalho – OIT e sua convenção 169. Nenhuma consulta foi realizada até o presente momento.

### **A Guerra dos búfalos**

O impacto de projetos desenvolvimentistas do Estado ligados à grupos economicamente dominantes na região da baixada maranhense, especificamente no município de Anajatuba não é novo. A partir da década de 1960 projetos como o de criação de búfalos foi incentivado pelo Estado através de políticas desenvolvimentistas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Entre as décadas de 1980 a 1990, a criação de bubalinos ascende ao ponto de agravar os conflitos entre fazendeiros e povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas. A violência no campo toma proporções desiguais para as comunidades tradicionais, pois a partir daí começaram os cercamentos dos campos coletivos, impedindo as comunidades de usarem suas terras tradicionalmente ocupadas para a pesca e uso das águas. Aliás o sistema hídrico é prejudicado, com os excrementos dos rebanhos, a água fica imprópria para o consumo das comunidades, para a reprodução dos peixes e para a irrigação da vegetação. Ademais os rebanhos começaram a invadir as roças, destruindo-as, assim como as pequenas embarcações e instrumentos de pescas das comunidades. Não pode ser esquecido o fato das frequentes ameaças de mortes e execuções de lideranças quilombolas neste município em virtude desses conflitos.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 quilombolas do município de Anajatuba reunira-se para tirar os búfalos dos campos alagados de uso coletivo, assim foram mortos algumas cabeças de bubalinos. Na região esse episódio ficou conhecido como “guerra dos búfalos”.

A Constituição Estadual do Maranhão de 1989 considera os campos inundáveis como áreas de relevante interesse ecológico, por isso em 1991 foi instituído a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense. Em 2015 o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) ajuizou uma ação civil pública para investigar o cercamento dos campos inundáveis que culminou numa operação conjunta entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), as Secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e Agricultura Familiar (SAF) e os Batalhões de Polícia Ambiental (BPA) e Batalhão dos Bombeiros Ambiental (BBA) para a retirada das cercas e dos bubalinos no município. Entretanto, isso não foi suficiente e o cercamento dos campos e as violências contra as comunidades quilombolas em Anajatuba persistem até os dias de hoje.

## **Considerações**

... a gente fica aqui no meio entre essas fazendas e a estrada de ferro. (C. G. quilombo Pedrinhas, 2021).

Essa aqui é a MA 324 que parte o quilombo no meio. (J.R. quilombo São Roque, 2022).

Objetivou-se neste breve trabalho identificar os conflitos sociais que atingem as comunidades quilombolas em Anajatuba e analisar de que forma tais conflitos trazem prejuízos à vida das comunidades, tanto nas questões físicas, quanto nas questões culturais e sociais. Assim sendo elencamos os principais conflitos mencionados no texto: grilagem de terras, expropriação de famílias quilombolas de seus territórios, violência no campo com pistoleiros, impactos socioambientais nos territórios tradicionais com o assoreamento e envenenamento de igarapés causado pelos projetos desenvolvimentistas.

As comunidades quilombolas de Anajatuba estão imprensadas entre fazendas e projetos desenvolvimentistas do Estado. Ora cercada pelos arames, ora cercada pelos igarapés e nascentes mortas com minérios, ora cortada ao meio pela estrada.

Foi possível compreender que os conflitos territoriais, envolvendo grandes empreendimentos e comunidades quilombolas têm uma trajetória histórica que coloca as comunidades tradicionais numa posição de impossibilidade de “contrapor e reverter os

efeitos de tais decisões ditadas por circunstancialmente mais poderosos” (ALMEIDA, 1996).

Da mesma maneira, estes agentes sociais encontraram formas de resistir nestes conflitos: enfrentam abertamente, judicializam os conflitos e se organizam politicamente em uma associação para levar adiante as denúncias e as reivindicações do presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombo e as novas etnias**. Manaus: UEA edições, 2011.

\_\_\_\_\_. Refugiados do desenvolvimento: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 25, p. 30–35, 1996.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: Quilombolas de Cachoeira Porteira** – São Luís: Editora UEMA, 2019.

FROCHTENGARTEN, Fernando **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estudos Avançados [online]. 2005, v. 19, n. 55 [Acessado 19 Agosto 2022] , pp. 367-376. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300027>>.

HALBWACHS, M. (1956). **La mémoire collective** Paris, PUF, 1956.

VIOLA RECASENS, ANDREU. **Usos y abusos del concepto de resistência – Um balance crítico del debate em torno a la obra de James Scott**. In: JAVIER LAVIÑA, GEMMA OROBITG (coord.) **Resistencia y territorialidade: Culturas indígenas y afroamericanas**. Barcelona: Publicaciones i edicions de la Universitat de Barcelona, 2008.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. Yale University. New haven and London, 1985.

\_\_\_\_\_. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2013.